

Alienação do trabalho em Marx e na experiência soviética

Monica Hallak Martins da Costa

Resumo: Nesta comunicação pretende-se resgatar as reflexões presentes em *O capital*, quando completam-se os 150 anos da publicação do primeiro livro, que podem contribuir para avaliar a experiência iniciada há 100 anos na Rússia. Para tanto, será recuperada especificamente a questão da alienação do trabalho presente de forma desenvolvida nas análises de *O capital* e em expressões incipientes em escritos anteriores, notadamente nos *Manuscritos de 1844*. Assim, propõe-se neste texto tanto desenvolver argumentos que atestam a continuidade e aprofundamento da abordagem da alienação do trabalho como tema central em Marx, quanto indicar os limites da experiência soviética na superação da forma alienada de produzir as condições materiais da vida.

Palavras-chave: alienação, exteriorização da vida, taylorismo

The alienation of labor in Marx and in the Soviet experience

Abstract: This presentation aims at rescuing the reflections on Marx's *Das Kapital*, in the event of the 150th anniversary of its publication, in an attempt to contribute to the evaluation and assessment of the experience initiated 100 years ago in Russia. As such, this presentation will focus more specifically in the alienation of labor as developed in analyses of *Das Kapital* and in previous writings, notably in the 1844 Manuscripts. We therefore propose arguments that attest to the continuity and deepening of the alienation of labor as a central theme in Marx, while indicating the limitations of the Soviet experience in overcoming the alienated form of producing the material conditions of life.

Keywords: alienation, exteriorization of life, Taylorism.

Alguns intérpretes tendem a tratar a categoria da alienação como um tema menor nos escritos do chamado Marx maduro. Ela, no entanto, nunca esteve ausente nas reflexões do autor e, mais do que isso, o que se pretende mostrar aqui, é que é ela o centro das preocupações de Marx quando redige *O capital*. Ou seja, mesmo não mencionando explicitamente o termo alienação do trabalho a todo momento, o esforço de Marx, em *O capital*, é o de expor as condições nas quais a produção se realiza na sociedade que se organiza em função do valor.

Iniciaremos nossas reflexões com o texto de Marx em que a questão da alienação aparece abertamente: o conjunto de anotações conhecido como *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. Nestes rascunhos, na verdade, pode-se encontrar, no mínimo, quatro categorias associadas à questão da alienação do trabalho. *Entäusserung* e *Entfremdung* (traduzidos respectivamente por alienação e estranhamento) aparecem nos *Manuscritos*¹ como categorias ligadas aos aspectos subjetivos do complexo da objetivação humana na forma social atual. Esse complexo, quando abordado de forma abstrata, sem considerar as circunstâncias concretas de sua realização, é situado por Marx por uma terceira expressão, a *Lebensäusserung*, traduzida por exteriorização da vida. Menos frequente é o uso do termo *Veräusserung* – venda, ou alienação em troca de algo.

Ao considerar os aspectos gerais da produção, tal como Marx os tematiza nos MEF², destaca-se, antes de mais nada, o caráter relacional de toda a objetividade, presente desde logo nos fenômenos da natureza. Mas, imediatamente, Marx situa a distinção da objetividade humana, que se afirma reproduzindo o homem como ser social, pois a própria relação com a natureza se realiza a partir do vínculo entre os homens. É na vida social que os homens produzem sua individualidade, seus sentidos, as relações de produção, as relações entre eles, suas necessidades e recriam a própria natureza.

¹ A análise dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* é parte do artigo: A exteriorização da vida nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. In: *Ensaio Ad Hominem 1*, tomo IV (Dossiê Marx). São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.

² Mantive nas citações a tradução da ed. Francesa, incluí a paginação da edição alemã, para facilitar o cotejamento, e da recente tradução brasileira. Portanto a referência a 1972 é da edição francesa, a 1985, da alemã e 2004, da brasileira.

MARX, K. *Manuscrits de 1844 (Économie politique e philosophie)* Paris: Ed. Sociales, 1972. Tradução de Émile Bottigelli.

_____ *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844* Berlin: Dietz Verlag, 1985;

_____ *Manuscritos econômico-filosóficos*. SP: Boitempo editorial, 2004. Tradução de Jesus Raniere.

Nas passagens dos Manuscritos em que os aspectos gerais da sociabilidade são apresentados é evidente a ausência da categoria da alienação (*Entäusserung*). Ela aparece associada ao processo de objetivação em outros momentos do texto de Marx de 1844, especialmente quando se trata da crítica à *Fenomenologia* de Hegel³ e a alguns aspectos da economia política. Para Marx, aliás, essas duas abordagens colocam-se sob o mesmo ponto de vista: concebem "o trabalho como a essência do homem que se afirma a si mesmo;" mas só veem "o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo" ⁴.

Por parte de Hegel, essa compreensão do trabalho apenas em seu lado positivo se apoia na sua concepção do homem como "ser *não-objetivo, espiritualista*" ⁵. Para Hegel, o movimento por excelência da vida humana é o movimento do espírito que se baseia na superação da consciência por parte da autoconsciência.

De acordo com Marx, quando se trata do ser objetivo a auto-alienação é o assentamento de um mundo real sob a forma da exterioridade, ou seja, como algo distinto de si, como um ser objetivo diante de outro ser objetivo. A autoconsciência, por seu turno, por meio de sua alienação põe "apenas a coisidade, isto é, apenas uma coisa abstrata, uma coisa da abstração, e não uma coisa efetiva", pois todo movimento se desenvolve na consciência, no interior de si mesmo.

Contrapondo-se a Hegel, portanto, Marx se utiliza dos termos do seu interlocutor para demonstrar que o homem como ser objetivo assenta suas forças objetivas no objeto concreto, real, exterior, atualizando suas forças objetivas em algo fora de si, o que na versão hegeliana se dá mediante a alienação do sujeito.

A alienação aparece nesses trechos situando a contraposição entre "assentamento de um mundo real sob a forma da exterioridade" e a alienação da autoconsciência que põe apenas a coisidade, uma coisa da abstração.

Não se trata, portanto, de uma identificação entre objetivação e alienação. Ao contrário, Marx busca situar a distinção do movimento real, que se passa no mundo objetivo, daquele descrito por Hegel, que se desenvolve no pensamento.

³ A crítica a Hegel tem o amparo de Feuerbach, indubitavelmente. Mas, apesar da reconhecida influência feuerbachiana, Marx supera o naturalismo presente no autor de *A Essência do Cristianismo* já em 1844, como demonstra Rodrigo Alckmin em sua pesquisa. Confira em: ALCKMIN, Rodrigo Maciel. *Marx e Feuerbach: da Sensibilidade à Atividade Sensível*. 2003. Dissertação de Mestrado (Filosofia). UFMG / FAFICH, Belo Horizonte.

⁴ MARX, 1972:133; 1985:574 e 2004:124.

⁵ MARX, 1972:133; 1985:575 e 2004:125.

Do lado da Economia Política, Marx denuncia que o trabalho é considerado apenas como produtor da riqueza exterior. Na primeira parte do Terceiro Manuscrito, onde analisa a doutrina fisiocrática, Marx afirma que com a fisiocracia "a essência subjetiva da riqueza transfere-se para o trabalho." ⁶, pois com ela "a terra somente é para o homem mediante o trabalho, mediante a agricultura" ⁷. Este é o lado positivo da doutrina que representa um avanço em relação ao mercantilismo "que não conhecia outra existência da riqueza senão o metal nobre" ⁸.

A terra, segundo tal doutrina, é ainda o único objeto sobre o qual o homem se exterioriza, libera suas energias essenciais ou, na versão da economia política, produz riqueza; e, desta maneira, a matéria natural aparece como uma fonte de riqueza maior que o próprio trabalho.

Por isso, Marx afirma que para os fisiocratas somente "propriedade fundiária se converte em homem alienado (*entäusserten*)" ⁹, ou seja, em homem que objetiva suas forças essenciais no objeto, na riqueza exterior. Mas somente a terra é objeto de apropriação e exteriorização de suas forças essenciais e, portanto, sua objetivação enquanto homem está limitada "por um elemento natural particular" ¹⁰. Conseqüentemente é ainda uma alienação determinada, particular do homem. Marx evidencia, além disso, que: "a essência da riqueza não é, pois, um trabalho *determinado*, um trabalho ligado a um elemento particular, uma determinada manifestação do trabalho, mas sim o trabalho em geral" ¹¹.

O que significa efetivamente que toda objetividade é, em potencial, objeto da exteriorização humana (ou, para os economistas, da produção de riqueza) e que os produtos dessa exteriorização se diferenciam cada vez mais do objeto natural. Em síntese, a alienação, como aparece nos trechos relacionados acima, diz respeito ao trabalho como produtor da riqueza exterior, que é o modo pelo qual ele é compreendido pela economia política.

Ainda no debate com os economistas, Marx resgata a relação entre o trabalhador e o produto do trabalho como ponto de partida para a análise da produção atual. Ele identifica a relação do trabalhador com o produto como uma relação de

⁶ MARX, 1972:81; 1985:532 e 2004:101.

⁷ Ibid.

⁸ MARX, 1972:82; 1985:532 e 2004:101.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

alienação, na qual o produto não somente assume uma existência externa como também torna-se um poder autônomo em relação ao trabalhador . Essa relação manifesta uma tendência proporcionalmente antagônica entre eles. O primeiro se empobrece cada vez mais e o segundo se torna cada vez mais poderoso. Esta crescente divergência de sentido acaba por levá-los a se estranharem mutuamente, transformando a vida que o trabalhador deu ao objeto numa força hostil e estranha. Nessa análise, Marx se refere aos aspectos específicos da produção atual em que a objetivação humana se realiza como alienação, ou seja, como produção da riqueza exterior e se volta contra o homem que produz.

Para Marx, a economia política "só vê o lado positivo do trabalho" porque "*não consolida a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção*"¹² .

Vê-se, portanto, que a aproximação entre as categorias objetivação e alienação só corresponde à análise de Marx, nos *Manuscritos*, quando ele se reporta a crítica a Hegel e, de forma distinta, aos economistas. Ambos, guardadas as devidas diferenças, consideram o trabalho atual como forma universal da atividade humana. Os economistas partem explicitamente da produção atual considerando-a eterna; Hegel pretende voltar-se para a reprodução espiritual como *locus*, por excelência, da afirmação do homem. Mas, Marx demonstra que toda tematização hegeliana está pautada na produção atual e, assim sendo, Hegel universaliza a alienação como forma do homem se relacionar com a objetividade exterior e consigo mesmo.

Marx, de modo distinto, situa que a alienação é, de fato, atualmente, a forma de o homem se relacionar com sua produção, mas, para ele, a objetivação, tomada como forma geral do homem se auto-pôr, não tem semelhança necessária com a alienação. Mas, partindo da forma contemporânea do homem se produzir, ele encontra não só uma relação de alienação, mas de inversão e antagonismo.

A alienação (*Entäusserung*), portanto, aparece como momento constitutivo no interior da *produção atual*, posto que nela "o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o afronta como *ser estranho (fremdes wesen)*, como um poder *independente* do produtor" ¹³. Nessa situação a efetivação do trabalho "aparece como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão dos objetos*, a apropriação como *estranhamento (Entfremdung)*, como alienação (*Entäusserung*)" ¹⁴.

¹² MARX, 1972:59; 1985:513 e 2004:82.

¹³ MARX, 1972:57; 1985:511 e 2004:80.

¹⁴ MARX, 1972:57; 1985:512 e 2004:80.

Este é o ponto de partida da análise de Marx no primeiro Manuscrito, onde pretende esclarecer as interconexões que a economia política (que ele havia investigado anteriormente) não consegue identificar. Para tanto, busca na relação imediata entre produtor e produto o passo inicial que vai levá-lo a demonstrar que, ao contrário do que acreditam os economistas, a “*propriedade privada* é(...) o resultado, a consequência necessária do *trabalho alienado* (*entäusserten*), da relação exterior (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”¹⁵. Marx chega, portanto, à propriedade privada como resultado "da análise do conceito de trabalho alienado (*entäusserten*), ou seja, do homem alienado (*entäusserten*), do trabalho tornado estranho (*entfremdeten*), da vida tornada estranha (*entfremdeten*), do homem tornado estranho (*entfremdeten*)”¹⁶.

Pode-se dizer que, de acordo com as passagens acima, o trabalho alienado é anterior ao estranhamento. Não cronologicamente, nem de fato, mas *analiticamente* como diz Marx. Ele identifica o trabalho alienado como relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo e afirma que a propriedade privada é, primeiramente, fruto do homem alienado e, em seguida, também "do homem tornado estranho". O homem, o trabalho, a vida tornam-se estranhos a partir da alienação do produto e da atividade. Nesse sentido, a propriedade privada é o produto da atividade humana apartada do homem.

Marx demonstra assim que a propriedade privada é consequência do trabalho alienado afirmando, no entanto, que "mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca"¹⁷. E acrescenta:

"Só no derradeiro ponto de culminação de desenvolvimento da propriedade privada que o mistério que lhe é próprio reaparece, a saber, por um lado, que ela é produto do trabalho alienado (*entäusserten*) e, por outro, que ela é o meio pelo qual o trabalho se aliena (*entäussert*), a realização da alienação (*Entäusserung*)"¹⁸.

A propriedade privada (estranhamento) surge, portanto, no interior deste processo, mas não é inerente a ele. Segundo Marx: "Quando se fala em propriedade privada pensa-se ter se ocupado de algo exterior ao homem. Quando se fala em trabalho, ocupa-se diretamente do próprio homem. Esta nova forma de colocar a questão já implica em sua solução"¹⁹. O trabalho alienado é, portanto, a gênese da propriedade

¹⁵ MARX, 1972:67; 1985:519 e 2004:87.

¹⁶ MARX, 1972:67; 1985:520 e 2004:87.

¹⁷ MARX, 1972:67; 1985:520 e 2004:88.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

privada enquanto esta é o seu produto necessário, já que ele se realiza como exterioridade em relação ao homem. Desse modo, pode-se dizer, que utilizar "*Entfremdung, Entäusserung*" é uma forma de exprimir um movimento que tem no estranhamento (*Entfremdung*) sua expressão concreta e atual e, na alienação (*Entäusserung*), seu ponto de partida. Segundo Marx, a partir da relação exterior entre produto, produtor e produção se processa a relação de antagonismo entre eles.

Sem dúvida, trata-se aqui daquilo que Chasin (2009) reconheceu como a 3ª crítica ontológica que instaura o pensamento próprio de Marx. Com efeito, distinguindo-se das interpretações correntes que concebem a análise marxiana como síntese entre filosofia hegeliana, socialismo francês e economia política clássica, Chasin demonstra, através do exame rigoroso dos textos (cartas, esboços, artigos etc.) do período de 1841 a 1847, que abordagem do filósofo alemão se constrói como resultado de três críticas ontológicas, a saber: a crítica à política, à especulação hegeliana e, finalmente, à economia política. Nas duas primeiras, Marx inverte a relação determinativa entre estado e sociedade civil e entre pensar e ser, respectivamente. Enquanto na terceira situa o trabalho alienado como origem da propriedade privada, invertendo o polo de determinação da economia clássica. É exatamente o que Marx realiza no primeiro manuscrito: a denúncia de que a "economia política parte do fato da propriedade privada", sem explicá-lo, ao passo que ele demonstra, analiticamente, a gênese da propriedade privada na atividade humana considerando essa relação no processo de produção material atual.

A partir dessa compreensão, Marx denuncia a operação efetuada por Adam Smith que coloca o homem sob a determinação da propriedade privada ao incorporá-la a ele. A economia política, portanto, converte o homem, em essência da propriedade privada. Assim, a propriedade privada, que "antes era ser-exterior-a-si (*Sichäusserlichsein*), alienação (*Entäusserung*) real do homem, converteu-se apenas em ato de alienação (*Entäusserung*), em venda (*Veräusserung*)"²⁰.

Na versão dos economistas, portanto, os homens em sua atividade sensível apenas realizam a atividade da propriedade privada através da *venda*. Sabe-se já que o trabalho alienado produz a exterioridade propriedade privada, ou que, através da alienação do trabalhador, a propriedade privada é produzida enquanto ser-exterior ao homem. Mas, para os economistas que reconhecem o trabalho como "essência subjetiva

²⁰ MARX, 1972:80; 1985:531 e 2004:100.

da riqueza no interior da propriedade privada", a alienação do trabalhador que produz um ser exterior a si não é mais que uma atividade da própria propriedade privada em seu movimento de se auto-pôr: é o ato de alienação da propriedade privada, é *venda*.

Desse modo, a venda é o meio através do qual os homens se relacionam e o seu trabalho se produz no interior do domínio da propriedade privada, na medida em que a apropriação da objetividade exterior se realiza na relação de compra e venda.

O termo *Veräußerung* – venda – aparece nas anotações de 1844 apenas em dois momentos. Além do descrito acima, na abordagem sobre o dinheiro, Marx conclui: “a força divina do dinheiro repousa em sua essência enquanto ser genérico, estranhado (*entfremdeten*), alienante (*entäußernden*), na qual o homem se vende (*veräußernden*). O dinheiro é a capacidade (*Vermögen*) alienada (*entäußerte*) da humanidade”²¹.

Em resumo, pode-se dizer que, nos *Manuscritos* de 1844, *Entäußerung* e *Entfremdung* não são simplesmente sinônimos²². Tampouco aparecem como categorias

²¹ MARX, 1972:122; 1985:565 e 2004:159.

²² Essa diferença não passou despercebida por autores mais cuidadosos. Entre eles, Mézszáros em seu *Marx: teoria da alienação*, afirma: “Em alemão, as palavras *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung* são usadas para significar ‘alienação’ ou ‘alheamento’. *Entäußerung* e *Entfremdung* são usadas com muito maior frequência por Marx do que *Veräußerung*, que é, como Marx a define, ‘*die Praxis der Entäußerung*’ (a prática da alienação) ou, em outro trecho, ‘*Tat der Entäußerung*’ (o ato da alienação). Assim *Veräußerung* é o ato de traduzir na prática (na forma da venda de alguma coisa) o princípio da *Entäußerung*. No uso que Marx faz do termo, ‘*Veräußerung*’ pode ser intercambiado com ‘*Entäußerung*’ quando um ‘ato’ específico ou uma ‘prática’ específica são referidos (...) Tanto *Entfremdung* como *Entäußerung* possuem uma tripla função conceitual: a) a referida a um princípio geral; b) expressão de um estado de coisas dado, e c) indicação de um processo que domina esse estado. Quando a ênfase recai sobre a ‘externalização’ ou ‘objetivação’, Marx usa a palavra *Entäußerung* (ou palavras como *Vergegenständlichung*), ao passo que *Entfremdung* é usada quando a intenção do autor é ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil, de sua própria criação”. ” in MÉZSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. RJ: Zahar editores, 1981, p. 281 - nota 3 da Introdução. José Paulo Netto se reporta à citação acima, chamando a atenção para o problema: “Não me deterei aqui nos importantes aspectos filológicos que envolvem a terminologia que comparece no tratamento e na colocação do problema [da alienação]. No que concerne ao emprego, por Marx, em 1844, de *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung* (traduzidos preferentemente por alienação e também por estranhamento) remeto simplesmente à observação de Mézszáros”. In NETTO, J.P. *Capitalismo e Reificação*. SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 18 – nota.

Lucien Sève, em *Análises Marxistas da Alienação*, referindo-se especificamente às obras de maturidade de Marx, considera que “quanto à significação específica de cada um dos termos que compõem este vocabulário da alienação, creio ser possível avançar com prudência, pois trata-se de uma questão das mais complexas, a seguinte hipótese geral. As palavras da família de *äußer*, externo, exterior, marcadas por esta significação de base, são a maior parte das vezes empregadas por Marx, quer para designar a simples desapropriação de um bem pelo ato de venda (em regra geral: *Veräußerung*), quer para anotar o processo mais profundo de tornar-exterior, quanto processo separante, opondo mesmo as coisas, ou as relações e as formas enquanto tomam a feição de coisas. Aí está um primeiro aspecto da concepção madura da alienação: com o vocabulário de *Entäußerung*, estamos essencialmente no terreno da reificação, da autonomização e da esclerose das formas em relação à sua essência, do fetichismo. Sobre este ponto é característico que na *Contribuição*, onde ainda só o movimento das mercadorias e do dinheiro é tratado, aparece unicamente o vocabulário da *Ver – Entäußerung*. As palavras da família de *fremd* (por exemplo na expressão constante: *fremde Arbeit*, trabalho de outrem) introduzem uma outra dimensão da alienação: a das relações entre as *pessoas*, os indivíduos sociais, que encobrem as relações entre as

contrapostas. A *Entäusserung* se refere mais diretamente a uma relação de separação, enquanto a *Entfremdung* traduz uma relação de antagonismo. Ambas, no entanto, compõem o movimento do trabalho humano que se exerce no interior da propriedade privada. Portanto, nem uma nem outra aparecem como uma necessidade do trabalho. Mas o antagonismo, expresso por Marx como *Entfremdung* – estranhamento, surge da separação que ele identifica como *Entäusserung* - alienação. Neste contexto, a *Veräusserung* – venda – seria uma categoria mediadora entre a exteriorização que se realiza como alienação e o estranhamento, ou seja, a venda transforma a exteriorização da vida (*Lebensäusserung*) em alienação da vida (*Lebensentäusserung*)²³, duas expressões contrapostas.

Em síntese, esses são os termos encontrados nos *Manuscritos* de 1844 no tratamento das categorias que este artigo se propôs a analisar.

Treze anos depois, nos *Grundrisse* numa passagem em que diferencia o escravo do trabalhador livre, Marx escreve²⁴:

“o escravo tinha um *valor de troca*, tinha um *valor*, o trabalhador livre não tem *valor algum*; o que tem um valor é o direito de dispor de seu trabalho, trocando-o; frente ao capitalista, é este e não o trabalhador o que representa o valor de troca. A carência de valor, a desvalorização do trabalhador, é a premissa do capital e o que condiciona o trabalho livre, em geral. Liguett considera isto como um retrocesso esquecendo-se que, assim se estatui formalmente o trabalhador como pessoa que existe fora (*äusser*) do trabalho e que só vende (*veräussert*) sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*) como meio para poder viver. Enquanto o trabalhador é por si mesmo um valor de troca, não pode existir capital industrial enquanto tal, nem por conseqüente desenvolver-se o capitalismo”²⁵.

A exteriorização da vida (*Lebensäusserng*) assume aqui um significado muito mais preciso e concreto do que aquele presente nos *Manuscritos de 1844*. Trata-se das

classes. Com o vocabulário de *Entfremdung* estamos no terreno da desapropriação, do despojamento, da sujeição dos homens aos produtos da sua atividade tornados força estranha e tomando a forma da dominação de uma classe exploradora. Apreendemos ao vivo o elo ao mesmo tempo semântico e teórico entre *fremd* e *Entfremdung* que caracteriza o processo de alienação enquanto este afeta os homens. In SÈVE, L. *Análises Marxistas da Alienação*. Lisboa: Edições Mandacaru, 1975. Tradução de Madalena Cunha Matos.

²³ MARX, 1972: 90-1; 1985: 539; 2004: 108

²⁴ As referências são da edição mexicana: MARX, K. *Grundrisse*, 1857-1858, in Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais, volumes 6 e 7. México: Fondo de Cultura Económica, 1985 a. e da edição brasileira.: MARX, K. *Grundrisse*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2011.

Foram cotejadas com a edição alemã: *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlim: Dietz Verlag, 1974.

²⁵ MARX, 1985 a: 175 (vol. 6); 2011: 226 e 1974:214

energias físicas e mentais do trabalhador que são vendidas temporariamente, enquanto capacidade de trabalho, para o capitalista, “o que significa que pode reiniciar constantemente a troca uma vez que ingeriu a quantidade necessária de substâncias para reproduzir sua exteriorização de vida (*Lebensäusserung*)”²⁶.

Em outro momento, ainda nos *Grundrisse*, Marx denuncia a aparência enganadora da igualdade formal nos seguintes termos:

“O que o trabalhador livre vende é sempre uma parte determinada e específica de suas energias em ação; mas a capacidade de trabalho como totalidade está acima de suas exteriorizações (*Äusserung*) específicas. O trabalhador livre vende uma determinada exteriorização (*Kraftäusserung*) de sua força a um capitalista determinado, ao qual se enfrenta como indivíduo *independente*”²⁷.

Novamente buscando identificar a especificidade do trabalho livre, Marx mostra que o trabalhador sob a escravidão “é, na totalidade das exteriorizações de suas energias, como capacidade de trabalho, uma coisa pertencente a outro, e não se o reconhece como sujeito quanto às manifestações de sua energia determinada ou à ação de seu trabalho vivo”. Em contraposição, “a capacidade de trabalho do trabalhador livre aparece, em vista de sua totalidade, como propriedade sua, como um de seus momentos, como algo que o trabalhador dispõe como sujeito e que conserva, ao empenhá-la (*veräussert*)”²⁸. Marx, portanto, resgata nos *Grundrisse* a mesma preocupação com a *Lebensäusserung* – exteriorização da vida – que se vende – *veräusserten*, na qual o trabalhador ao mesmo tempo se perde e se conserva. Ele utiliza com maior frequência o verbo *verkaufen* para venda enquanto o termo *Veräusserung* é utilizado cotidianamente no sentido de penhora, empenho, ceder em troca de algo com a possibilidade de resgate.

Portanto, nos *Grundrisse*, além de reencontrar a ideia de exteriorização da vida que é cedida em troca de algo com a possibilidade de retorno, Marx novamente situa a contraposição entre a objetivação e as formas estranhadas de atividade. Ele é claro ao tratar do trabalho assalariado, na citação que se segue:

“A tônica não recai sobre ser-objetivado (*Vergegenständlichkeitsein*), mas no de ser estranhado (*Entfremdet*), alienado (*Entäussert*), ser venalizado (*Veräussertsein*), o fato de que a imensa potência objetiva não pertença ao trabalhador, mas às condições de produção personificadas, ou seja, ao capital, de que o trabalho social se enfrente a si mesmo, como um de seus momentos. A partir do ponto em que, sob a base do capital e do trabalho assalariado, se opera a criação deste corpo objetivo da atividade em

²⁶ MARX, 1985 a: 176 (vol.6); 2011: 228 e 1974: 215

²⁷ MARX, 1985 a: 328 (vol. 6); 2011: 381 e 1974:367.

²⁸ MARX, 1985 a: 329 (vol. 6); 2011: 382 e 1974:377.

oposição à força de trabalho vivo – processo de objetivação que, do ponto de vista do trabalho, se manifesta de fato como processo de alienação (*Entäusserung*) ou, do ponto de vista do capital, como um processo de apropriação do trabalho estranho (*fremd*) – esta inversão e esta transposição são reais, e não puramente imaginárias, como se só existissem na mente dos trabalhadores e capitalistas. Mas este processo de inversão é, evidentemente, uma necessidade puramente histórica, simplesmente uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas de um determinado ponto de vista histórico, a partir de uma determinada base histórica, mas não, nem muito menos, uma necessidade absoluta da produção [em geral]; [trata-se], longe disso, de algo chamado a desaparecer, e o resultado e o fim deste processo consiste no cancelamento tanto desta mesma base com desta forma do processo”²⁹.

A longa citação não deixa dúvidas quanto ao caráter da alienação como atividade que se realiza através da venda. Mas, Marx avança em relação aos *Manuscritos* ao identificar que em situações históricas específicas o processo de objetivação aparece, “do ponto de vista do trabalho”, de fato, como alienação. Deixa claro, desse modo, que trata-se de uma aparência circunstancial e não de algo inerente ao processo de objetivação. E delinea mais um traço específico do movimento – o que pode ser importante para compreensão da especificidade de *Entäusserung* e *Entfremdung* nos *Grundrisse*: este processo manifesta-se de modo distinto para o trabalho e para o capital. Para o primeiro aparece como alienação (*Entäusserung*) e para o segundo como apropriação do trabalho estranho (*fremd*). Assim, mais uma vez nos *Grundrisse*, como nos *Manuscritos*, a alienação (*Entäusserung*) forma um complexo unitário com o estranhamento (*Entfremdung*) e com a venda (*Veräusserung*) e não com a objetivação.

Em *O Capital*, a questão da alienação aparece de forma multifacetária e ao mesmo tempo unificadora. No primeiro capítulo, ao detalhar a especificidade da mercadoria, o trabalho abstrato já aparece como uma de suas características. Ainda no primeiro capítulo, o tema do fetiche encerra a apresentação da Mercadoria, esta “coisa

²⁹ MARX, 1985 a: 234 (vol. 7); 2011:705 e 1974: 721. Zaira Vieira reproduz essa citação apontando para a possibilidade da emancipação humana (VIEIRA, 2004:95), enquanto Antônio Alves a utiliza justamente para tornar explícito que “objetivação e estranhamento não são necessariamente correlatos”

(ALVES, A. J.L. *A Individualidade Moderna nos Grundrisse*. In: *Ensaio Ad Hominem 1*, tomo IV. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001, p.285). Este trecho foi também reproduzido por Mézszáros não só para mostrar “como estão errados os que afirmam ter a ‘alienação’ desaparecido das obras posteriores de Marx, mas também que sua abordagem desses discutidos problemas é essencialmente a mesma dos *Manuscritos de 1844*.” (MÉZSZÁROS, 1981: 203). Netto mais uma vez concorda com Mézszáros, quando afirma: “O que vai surgir, a partir de 1857-1858, é justamente aquilo que assinala a distinção entre a *Miséria da Filosofia* e os *Manuscritos de 44*: a concretização histórica na reflexão de Marx. A teoria da alienação perderá qualquer traço de generalidade especulativa - não será uma *nova* teoria, mas uma concepção que só adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas determinadas. Na verdade, a teoria da alienação é qualitativamente a mesma; é a sua *função* que se transforma quando Marx completa a superação filosófica em 1857-1858. Em síntese: quando a crítica da economia política é situada por Marx como a operação teórica central e levada a cabo com radicalidade, dá-se a concretização teórica da concepção da alienação” (NETTO, 1981:67).

trivial cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” que esconde o trabalho social que a cria. Mas, como bem mostrou Postone (2014), a análise que envolve todo livro, *O capital*, centra-se na demonstração de como o

sistema constituído pelo trabalho abstrato corporifica uma nova forma de dominação social que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é historicamente novo. A determinação inicial dessa compulsão social abstrata é serem os indivíduos compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Essa compulsão exercida não é função da dominação social direta, como se dá, por exemplo, com o trabalho escravo ou servil; ela é, pelo contrário, função das estruturas sociais “abstratas” e “objetivas” e representa uma forma de dominação abstrata e impessoal. Fundamentalmente, essa forma de dominação não é baseada em nenhuma pessoa, classe ou instituição, seu local básico são as formas sociais estruturantes difusas da sociedade capitalista que são constituídas por formas determinadas de prática social. A sociedade como o Outro, quase independente, abstrato e universal que se coloca em oposição aos indivíduos e exerce sobre eles uma compulsão impessoal é constituída como estrutura alienada pelo duplo caráter do capitalismo. A categoria do valor, como categoria básica das relações capitalistas de produção, é também a determinação inicial das estruturas sociais alienadas. As relações sociais capitalistas e estruturas alienadas são idênticas. (POSTONE, 2014, p. 186).

O tema da alienação, assim considerado, não aparece em *O capital* em um ou outro momento, mas constitui-se como eixo estruturante de toda obra. Segundo Postone, nos textos de maturidade, Marx mostra que o “trabalho no capitalismo dá origem a uma estrutura que o domina. Essa forma de dominação reflexiva auto gerada é alienação” (POSTONE, 2014, p. 187). Para Postone não é a apropriação do mais-valor pelos capitalistas que fundamenta a “dominação abstrata e a exploração da característica do trabalho no capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 188), mas sim a própria forma como o trabalho se exerce no capitalismo. Neste sentido, a alienação do trabalho é o centro de toda a abordagem de *O capital* por ser a categoria que especifica esta forma social.

Mas o desenvolvimento de formas alienadas de produzir a vida social só é possível porque elas expressam, sob um modo específico, as formas do metabolismo universal do homem com a natureza.

Pode-se dizer, assim, que é característica universal do produto humano tornar-se um objeto independente de quem o criou. Mas é específico da produção alienada que esse produto apareça de forma fetichizada, ou seja, sob a forma de mercadoria. A exterioridade do objeto em relação ao processo que o produziu, o fato de, na produção humana, uma nova realidade ser criada é pressuposto necessário para que as “sutilezas metafísicas” e os “melindres teológicos” (MARX, 2013, p. 146) da mercadoria se manifestem. Mas elas não se manifestam em qualquer forma social.

Interessa aqui lembrar que a vida do objeto depende sempre do trabalho vivo que anima tanto a preservação da matéria-prima, do objeto original, quanto os próprios meios de trabalho:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, ela se torna vítima da força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção” (MARX, 2013, 260).

No processo considerado abstratamente, portanto, não há vestígio do fetichismo. A questão do fetiche, esclarece o autor, desenvolve-se por serem os objetos que se tornam mercadorias “[...] produtos de trabalho privado, exercidos independentemente uns dos outros”. O caráter social só aparece *a posteriori*, na troca entre os produtos do trabalho. A forma mercadoria, portanto, nada mais é do que “determinada relação social entre homens” que “assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Ela não deriva da natureza física ou das “relações materiais que dela resultam” (MARX, 2013, p. 147).

Se é característica universal da produção apagar o processo na constituição do produto, pode-se dizer que é intrínseca à produção a independência do objeto em relação ao processo que o produziu. Toda produção humana é social, o que não significa dizer que ela sempre é exercida pelos trabalhos privados. Essa característica específica da produção de mercadoria coloca em destaque a autonomia do produto em vez de evidenciar seu processo passado. Então, o produto aparecer como independente é pressuposto da forma mercadoria, mas a forma mercadoria não é seu resultado necessário; ela reforça e salienta, por sua vez, ainda mais a autonomia do produto. Criar novas coisas é típico da produção humana. Essas coisas aparecerem como autônomas é típico da produção capitalista. Sem produção de coisas, não há produção capitalista. Tornar-se coisa é distinto de assumir autonomia em relação ao processo de criação.

Não só analiticamente, como nas passagens acima; mas também historicamente, como nas palavras a seguir, a apropriação capitalista pressupõe certo desenvolvimento da produção. Assim, o capitalista

[...] faz o portador de força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho. Obviamente, a natureza geral do processo do trabalho não se

altera por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo. Mas também o modo específico de fazer botas ou de fiar não pode alterar-se de início pela intromissão do capitalista. Ele tem de tomar a força de trabalho, de início, como encontra no mercado e, portanto, também seu trabalho da maneira como se originou em um período em que ainda não havia capitalistas. A transformação do próprio modo de produção mediante a subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer mais tarde (MARX, 2013, p. 262).

Em sua forma universal, portanto,

[...] o próprio processo de trabalho não aparece ainda em *nenhuma determinidade econômica* particular. Com isso não está expressa qualquer relação de produção histórica (social) determinada que os homens estabelecem produzindo sua vida social, mas, antes, a forma universal e os elementos universais, os quais o trabalho deve igualmente se decompor em todos os modos de produção social a fim de atuar como trabalho (MARX, 2010, p. 77).

Por isso mesmo, Marx afirma que:

As determinações gerais desse trabalho, o que ele tem em comum não importa com qual outro modo de trabalho, não são modificadas porque o trabalho se efetua aqui para o possuidor de dinheiro ou que ele aparece como o processo de consumo para esse possuidor de dinheiro da capacidade de trabalho. Ele subsumiu o processo de trabalho ao seu domínio, dele se apropriou, mas deixou com isso sua natureza inalterada. A medida em que o caráter do processo de trabalho se modifica por meio de sua subsunção ao próprio capital, é uma questão que não tem nada a ver com a forma universal desse processo (MARX, 2010, p. 78).

Então, não é no próprio processo de trabalho que se devem procurar os motivos ou as características da submissão do trabalho ao capital, mas nas relações entre os homens. Como nos faz ver Marx, ao tratar do fetiche, “[...] o caráter místico da mercadoria não provém” nem de seu valor de uso, nem “do conteúdo das determinações de valor”, “[...] é uma verdade fisiológica que [...]” os trabalhos úteis “[...] são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos”. Além disso, a “[...] duração daquele dispêndio ou a quantidade de trabalho”, que são base da “determinação da grandeza do valor [...] é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 146-7). Portanto não são responsáveis diretos pela abstração realizada na forma mercadoria.

É o que Marx esclarece quando trata do fetiche como resultado aparente da produção atual e seu segredo: “[...] objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros” (MARX, 2013, p. 147). Assim, o trabalho social total aparece como consequência da troca entre produtos que ocorre no mercado. Só aí o aspecto social do trabalho se

evidencia. Ou seja, é por meio da relação entre coisas que ocorre a relação entre os produtores. Por isso, diz, “[...] aos últimos as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2013, p. 147).

É na troca que “[...] os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada” (MARX, 2013, p. 147). Isso significa que, apesar de o autor apresentar essa análise no primeiro capítulo do livro I, ela envolve a compreensão, no mínimo, do segundo livro, pois é nele que Marx desenvolve o processo de realização do mais-valor. Ainda no último capítulo do livro I, inicia o tratamento de outro aspecto mencionado no pequeno trecho sobre o fetiche e que só será desenvolvido no segundo livro: o fato de que, na prática, a “[...] cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se [...] tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas” (MARX, 2013, p.148). As características dos trabalhos privados, ao adquirirem essa dupla forma social, são assim esclarecidas:

- 1) “eles têm de satisfazer determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho.” (MARX, 2013, p. 148);
- 2) devem ser permutáveis entre si, portanto, equivalentes.

A equivalência, como já sabemos, se estabelece pela abstração da desigualdade entre os vários trabalhos privados, que são reduzidos “[...] ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato”. Desse modo, ao “[...] equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano” e não considerando “essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie” (MARX, 2013, p. 149), o que realmente são os produtos em sua especificidade.

A descoberta científica da natureza do valor por parte daqueles que estão comprometidos com o sistema de produção de mercadorias “não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho”. Ao contrário, mesmo depois da descoberta do caráter de valor dos produtos do trabalho, este é visto como “tão definitivo quanto a decomposição científica do ar em seus elementos deixa

perdurar a forma do ar, enquanto forma de corpo físico”. Cientificamente, portanto, a forma valor é reafirmada enquanto tal. Por outro lado, na prática do dia a dia o que “interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quantas proporções, portanto, se trocam os produtos” (MARX, 2013, p. 149). Ao se reproduzirem cotidianamente, essas proporções “parecem provir da natureza dos produtos de trabalho” e assim o caráter de valor dos produtos do trabalho é reafirmado também cotidianamente. Essa naturalização só ocorre na produção totalmente desenvolvida de mercadorias, quando

[...] os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como elos naturais-espontâneos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém” (MARX, 2013, p. 150).

O *segredo oculto dos valores dos movimentos manifestos relativos das mercadorias* só pode ser compreendido, de fato, na leitura do terceiro livro de *O capital*. É nesse momento que Marx esclarece como o mais-valor se transforma em lucro e como este último se transforma em lucro médio, ou seja, somente com essa análise se mostra como a abstração dos vários trabalhos se realiza no dia a dia. Mais uma vez, então, fica claro que a leitura isolada do trecho sobre o fetiche não leva ao reconhecimento dos elementos que sustentam e reproduzem o seu segredo. Somente no Livro III o segredo do próprio fetiche é revelado. Ele transparece no fetiche do capital, o capital portador de juros, mercadoria *par excellence*.

Com o desenvolvimento da produção de mercadorias, as “[...] formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias [...] já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social” (MARX, 2013, p. 150). Assim sendo, não são questionadas, mas aceitas e compreendidas – cientificamente, inclusive – como imutáveis. Na forma dinheiro – forma acabada do mundo das mercadorias – o caráter social dos trabalhos privados é velado e não se revela, por isso, que sob ela se escondem “[...] as relações sociais entre os produtores privados” (MARX, 2013, p. 150), que aparecem como independentes uns dos outros. Em formas sociais de produção anteriores, tal independência é inconcebível, pois, o “[...] dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece [...] desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a

partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família” (MARX, 2013, p. 153).

Ao se generalizar, o trabalho individual perde a aparência de momento do trabalho social e parece somente destinado a realizar os objetivos dos produtores privados. De fato, porém, os homens nunca foram tão dependentes uns dos outros, tanto na produção e consumo dos produtos sociais quanto na constituição de si próprios, o que são, afinal, apenas os lados objetivo e subjetivo do mesmo processo.

Marx não testemunhou as transformações ocorridas no processo de trabalho no decorrer do século XX, mas elas só fizeram corroborar suas análises de *O capital* ao tornarem cada vez mais intensas o uso do capitalista privado das mercadorias compradas por ele: força de trabalho e meios de produção como meios de valorizar de seu capital privado. É o que é fácil de ser constatado em passagens como a que se segue:

Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias espirituais. Mesmo a facilitação do trabalho se torna meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. (Marx, 2013, p. 494-5).

O que dizer em relação a esse esvaziamento quando os estudos sobre o trabalho no século XX passam a envolver formas de separação cada vez mais intensas entre planejamento e execução das atividades? Além desses “estudos científicos”, os avanços tecnológicos tornaram possível o surgimento de máquinas que pressionavam ainda mais o ritmo do trabalho ao passo de seu parcelamento. O chamado modelo fordista/taylorista foi comemorado como uma verdadeira revolução na produtividade e intensificação do trabalho.

No texto *Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin*, Moraes Neto (2009) propõe um exercício na busca de analisar o significado da incorporação do modelo fordista/taylorista na experiência soviética. Ou seja, sua questão é avaliar até que ponto é possível caracterizar uma forma social como socialista quando ela pretende ultrapassar a sociedade organizada a partir do trabalho alienado com estratégias que intensificam a alienação do trabalho.

Segundo ele:

uma alternativa seria apelar para a *emulação socialista*, ou seja, para a apropriação subjetiva por parte dos trabalhadores da necessidade e da importância de trabalharem com a «regularidade de uma peça de maquinaria», desempenhando com firme disposição as tarefas parciais, repetitivas, de ciclo extremamente curto, a eles designadas pela expansão sempre buscada na divisão parcelar do trabalho. Essa alternativa

implicaria, é óbvio, um socialismo hipervalorizador do trabalho manual, magnificador da condição operária imposta inexoravelmente pela natureza dos processos de trabalho eficientes. Tratar-se-ia de um projeto socialista prisioneiro da *angústia smithiana*³⁰, de natureza bastante medíocre, posto que assentado em medíocres forças produtivas. (MORAES NETO, 2009)³¹.

O drama assumido pelos revolucionários russos era elevar a produtividade do trabalho, como pressuposto para a construção do socialismo, em uma sociedade atrasada industrialmente. Para isso lançaram mão do que consideraram, com relutância, uma proposta científica de organização do trabalho e aumento da produtividade. Moraes Neto acompanha as apreciações de Lênin acerca do modelo taylorista desde 1913 – quando afirmou que esse método exaure o trabalhador escravo a um ritmo três vezes maior – até 1918, quando assumiu o sistema como uma necessidade sob pena de não realizar o socialismo.

Os estudiosos citados por Moraes Neto consideram um artigo de Lênin de 1914 como “ponte” entre a visão de 1913 e a de 1918 acerca do taylorismo. Nele, Lênin apresenta o sistema Taylor como uma espécie de preparação para o verdadeiro socialismo a partir da apropriação do proletariado da produção social assim constituída, emancipada de sua submissão ao capital³².

Moraes Neto observa que os estudiosos que se ocupam do tema enfatizam o peso que a questão adquire no material preparatório para *O imperialismo*. Nesses esboços, Lênin entendia o taylorismo como estágio mais avançado das forças produtivas do

³⁰ Entende-se por “angústia smithiana” a oposição inexorável entre eficiência produtiva e humanização do trabalho.

³¹ E o autor continua: Não é difícil esclarecer essa afirmação: imaginemos um mundo smithiano, no qual a forma mais avançada possível das forças produtivas seja encontrada na manufatura e sua divisão parcelar do trabalho. Essa eternização da manufatura seria, em nosso exercício, carregada para o interior do socialismo, num radical “fim da História” das forças produtivas. Ter-se-ia então que eternizar a emulação socialista para garantir a conquista de elevada eficiência produtiva, coisa que, ademais de impossível, seria absolutamente indesejável, pois a sociedade jamais chegaria a uma efetiva condição de superioridade *vis-à-vis* o capitalismo. O que se conseguiria, na melhor das hipóteses, seria um socialismo magnificador da condição operária. E essa seria a melhor das hipóteses, pois uma outra não pode ser esquecida: a conquista de elevada produtividade do trabalho de forma amplamente autoritária. Nos dois casos, nosso «socialismo manufatureiro» apresentaria todas as condições para ser caracterizado como *grosseiro*, para usar expressão de Marx nos *Manuscritos* de 44. O fato de que Marx observava claramente a impossibilidade de uma hipotética transição direta manufatura-socialismo - marcando assim a necessidade da maquinaria - nos é revelado claramente pela forma irônica com que tratou a proposta de Proudhon de rodízio de tarefas entre trabalhadores parciais com vistas a amenizar os efeitos deletérios da divisão do trabalho.

³² Eis a citação: “O sistema Taylor - sem que seus autores o saibam e contra sua vontade - prepara o tempo em que o proletariado tomará nas mãos toda a produção social (...), (à medida que) as comissões operárias, com a ajuda dos sindicatos, saberão aplicar estes princípios de distribuição racional do trabalho social, quando ele estiver emancipado de sua submissão ao capital. (LÊNIN, 1914 *apud* MORAES NETO, 2009)

capitalismo e a partir dele seria possível ao socialismo ultrapassar a forma produtiva do capital. Em suas palavras:

Ao contrário [da aplicação do taylorismo nos países capitalistas], a aplicação do sistema Taylor, corretamente dirigida pelos próprios trabalhadores se estes são bastante conscientes, será a melhor garantia para que no futuro se possa reduzir enormemente a jornada obrigatória de toda a população trabalhadora, será a melhor garantia para que num período bastante breve realizemos o objetivo que pode-se expressar aproximadamente da seguinte maneira: seis horas de trabalho físico para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho para a administração do Estado. (LÊNIN *apud* MORAES NETO, 2009)

Para Moraes Neto, “o entendimento do taylorismo por Lênin e sua assunção para elevar substancial e rapidamente a produtividade do trabalho irá jogar a experiência socialista nascente na armadilha do *trade-off* implícito na ‘agústia smithiana’” (MORAES NETO, 2009). De fato, a redução da jornada de trabalho, prevista na citação acima, não ocorreu e a União Soviética acabou por produzir sua própria versão de um sistema que extrai o máximo de produtividade dos trabalhadores: o stakanovismo que alia às estratégias do sistema Taylor, a emulação socialista.

Conhecemos o desenrolar da história da primeira tentativa de superar a lógica capitalista até sua derrocada ainda no século XX e não nos ocuparemos dos desdobramentos relativos ao aprofundamento da alienação do trabalho. Para os objetivos do presente artigo, o ponto em que chegamos basta para mostrar que as “transições intentadas, com especial ênfase no caso da União Soviética, jamais configuraram superação da sociabilidade do capital” (VERINOTIO, 2017), como afirmado no editorial da revista Verinotio dedicado aos 100 anos da Revolução Russa. No mesmo texto, se lê adiante:

Naqueles países pós-revolucionários houve uma petrificação do domínio do capital, possibilitada pela inexistência das condições objetivas e subjetivas de realização do comunismo, basicamente, pela inexistência de um desenvolvimento das forças produtivas que gerasse uma massa desprovida de riqueza social efetivamente existente e em intercâmbio com outros povos em situação similar. Assim, aquelas sociabilidades continuaram submetidas à regência do capital, que ali assumiu uma faceta particular: sua apropriação era coletiva (estatal), mas não socializada, da mesma maneira que sua gestão.

Como visto nos argumentos apresentados neste texto, uma organização social com esse formato não tem qualquer semelhança com o que podemos chamar de socialismo.

Referências

- CHASIN, José. Da razão do mundo ao mundo sem razão. In *Marx Hoje 1* Cadernos Ensaio. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- EDITORIAL 100 Anos da Revolução Russa. *Verinotio – revista online de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano XII. Abril de 2017. N. 23. Vol. 1. Disponível em <http://www.verinotio.org/conteudo/0.49897865811267744.pdf>. Acesso em 02/07/2017.
- HALLAK, Monica. A exteriorização da vida nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. In: *Ensaio Ad Hominem I*, tomo IV (Dossiê Marx). São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.
- LUCAS, Marcílio Rodrigues. Trabalho, racionalização e emancipação: de Marx ao Marxismo, e a volta. In *Trabalho, educação e saúde*. Vol. 14. No. 3. Rio de Janeiro set/dez. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00012>. Acesso em 22/03/2017.
- MARX, K. *Manuscrits de 1844 (Économie politique e philosophie)*. Tradução de Émile Bottigelli. Paris: Ed. Sociales, 1972.
- _____. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlim: Dietz Verlag, 1974.
- _____. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844* Berlim: Dietz Verlag, 1985;
- _____. *Grundrisse*, 1857-1858, in Carlos Marx – Frederico Engels Obras Fundamentais, volumes 6 e 7. México: Fondo de Cultura Económica, 1985 a.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- _____. *Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863/cadernos I a V. Terceiro capítulo – O capital em geral*. Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2010.
- _____. *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer e Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *O Capital*. Tradução Rubens Enderle. Boitempo Editorial. São Paulo, 2013.
- MÉZSÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 198
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. In **Estudos de Economia**. Vol. 39 no. 3 São Paulo, jul/set. 2009. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000300008>. Acesso em 20/06/2017
- NETTO, J.P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria e editora Ciências Humanas, 1981.
- POSTONE, M. *Tempo, Trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- SÈVE, L. *Marxismo y teoria de la personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1972.